

Vol. 13 - N. 26 | Jan./Jul. 2018 | ISSN 1808-883X

ADVÉRBIO

Revista Científica dos Cursos de Comunicação do Centro Universitário FAG

CAROS AMIGOS, UM TESTEMUNHO SOBRE O GOLPE DE 64

Rosselane **GIORDANI**

ARTIGO 9

CAROS AMIGOS, UM TESTEMUNHO SOBRE O GOLPE DE 64

Rosselane GIORDANI¹

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir o discurso jornalístico da Revista Caros Amigos, edição especial – O Golpe de 64, sob a perspectiva da intertextualidade, polifonia e do lastro cultural que faz com que os sentidos funcionem. Pretende-se postular que o discurso jornalístico é uma representação cultural que se posiciona na sociedade como autoridade de representação da opinião pública e, portanto, sustenta seu discurso a partir da credibilidade que lhe é conferida.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso jornalístico, intertextualidade e polifonia, forma, escrita e lastro cultural.

1 INTRODUÇÃO

A intenção desse artigo será problematizar como o discurso jornalístico se coloca como uma representação cultural que articula vozes sociais por meio do seu texto, e que, portanto, é um espaço onde sentidos são produzidos e onde eles circulam. O objeto de estudo será a Revista Caros Amigos - edição especial – “O Golpe de 64”, veiculada em março de 2004, da qual serão retirados alguns enunciados para serem

¹ Doutoranda do Programa de Mestrado em Letras, Área de Concentração Linguagem e Sociedade, Unioeste/Cascavel, mestre em Letras pela Unioeste, graduada em Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

analisados, dentre eles uma gravata² e trechos de textos. Para realizar tal análise este trabalho se valerá do conceito de polifonia e intertextualidade, que serão articulados a problematização da pertinência da forma na linguagem proposta por Barthes (2000).

O objeto discursivo jornalístico que será analisado aborda parte significativa da história política do Brasil. Em reportagens, entrevistas e artigos, a revista relata o período que antecedeu o golpe militar de 1964, o ambiente político em que ele foi gestado e depois aplicado. A revista se propõe a abordar e analisar um período marcante para a história do País, e os faz por meio de um discurso que se constitui e caracteriza como polifônico, por trazer para seu campo discursivo³ várias vozes que irão entoar versões sobre os acontecimentos dessa época. A construção dos sentidos no discurso se faz, também, desta forma por meio de intertextualidade e polifonia, conceitos que nas palavras de Koch (2003) podem ser vistos como “um só fenômeno”. A tentativa de estabelecer pontes possíveis entre essas noções pode apontar como se evidencia a colagem de vozes na construção dos sentidos pretendidos pelo discurso da revista Caros Amigos sobre o golpe de 1964. As vozes que fazem coro nesse discurso pretendem veicular uma compreensão de realidade, uma versão sobre esse capítulo da história política do Brasil.

O discurso jornalístico é entendido aqui como uma representação cultural, um olhar, um recorte sob uma determinada época e espaço – tema que será discutido mais adiante. Essa representação se expressa e se comunica através desse mosaico de citações que é o discurso.

Para analisar os fenômenos de intertextualidade e polifonia o estudo será focado na forma/conteúdo presentes no discurso da revista. Essas pistas linguísticas podem apontar também, em alguma medida, o lastro cultural que perpassa o discurso e, portanto, faz com que os sentidos sejam críveis. Partindo dessa abordagem, pretende-se apontar como o discurso jornalístico configura uma representação cultural, isso

² Segundo a técnica de redação jornalística (BAHIA, 1990) a gravata ou linha fina é um breve texto que está situado no diagrama da página (layout) logo abaixo ou acima do título. Esse texto complementa a informação trazida no título ou na manchete.

³ Entende-se campo discursivo aqui neste trabalho segundo orientação de Maingueneau (1989, apud BRANDÃO, 1997, p.73): campo discursivo é constituído por um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo.

percebido através das formas pelas quais a polifonia se manifesta e as vozes sociais ganham roupagem de uma escritura engajada nos termos de Barthes (2000). A proposta é refletir ainda sobre como a forma do discurso da revista “Caros Amigos” traz nuances e possibilidades de se configurar como uma sociedade poética, termo criado por Barthes (2000). As formas do discurso podem mostrar também que há uma escolha de um tom e de um *ethos*, é uma escrita engajada com compromisso social e político. Nesse movimento de atribuição de sentido às palavras se pretende problematizar através da semiologia de Barthes como elas ganham ‘gosto, sabor, cheiro’ e, desse modo, são como uma caixa de Pandora.

2 DISCURSO JORNALÍSTICO: UM TESTEMUNHO DO TEMPO

O discurso midiático se coloca na contemporaneidade como uma esfera legítima de mediação da sociedade, se coloca como agente que transporta visões de mundo, que discute e questiona os modos como a sociedade se comporta e se move, quais os valores, costumes, tradições que norteiam os modo de viver e se relacionar. A ação da mídia, por meio do discurso, tem o poder, então, de instituir o real através do relato de fatos e acontecimentos. Certeau (1994) dirá sobre isso que “esta instituição do real é a forma mais visível da nossa dogmática contemporânea”. É nesse processo de instituição do real que se vislumbra a possibilidade de conexão entre cultura e mídia, e isso acontece por meio do discurso, no caso dessa análise do discurso jornalístico da revista Caros Amigos.

Parte-se inicialmente de alguns rápidos conceitos para nortear a discussão. Em primeiro lugar, a ideia de história compreendida aqui como uma construção humana dos fatos e das relações de sociabilidade. Isso irá remeter por sua vez a noção de discurso, isto porque qualquer esforço que postula falar da ação humana e do espaço implicará nessa ideia. O historiador Paul Veyne (1992) dirá que a história é uma narrativa de eventos e todo o resto resulta disso. Ancorado nessa asserção, Gadini (1998) afirmará que a história também seleciona, simplifica, organiza e faz com que um século caiba em uma página. E como a reflexão sobre o discurso, embasada em Foucault (1996), é

pautada pela ideia de raridade, a história passa a ser entendida não apenas pela dimensão da racionalidade coletiva, mas também pela possibilidade de “ação de que dispõem os indivíduos que dela participam”, como defende Gadini. A partir disso, o discurso passa a ser entendido como um espaço de luta pela instituição de saber e poder, em uma relação de produção de sentidos entre locutores, como define Pêcheux (1990). Mas, isso implica também uma ação humana no espaço social. Uma prática que é, ao mesmo tempo, instituída e instituinte dos modos de entender, ser, viver as relações de sociabilidade. Interessam nessa ideia de história, fundamentalmente, os modos como os sentidos são produzidos e circulam, e, no caso desse estudo, o modo como o jornalismo participa dessas construções de sentido no imaginário coletivo.

Parte-se da ideia de que o universo contemporâneo é constituído por uma grande quantidade de discursos, modos de abordagem, compreensão do mundo real e do homem, que podem interferir e definir as formas de compreensão e apreensão do mundo. Um exemplo é o discurso jornalístico, que, de algum modo, têm a possibilidade de reinventar, questionar ou construir a lógica social de organização do mundo. É nessa dimensão que o jornalismo constrói fatos, pontua relações entre os aspectos de ordem particular, que envolvem os fenômenos abordados, pautando e apresentando formas de se compreender as situações da realidade noticiada.

No espaço social onde se inscreve, o jornalismo vai orientar como a realidade pode ser pensada e percebida. A percepção de mundo pode ser compreendida através da dimensão da linguagem, visto que ela transporta visões de mundo como também é a própria expressão da pluralidade de olhares lançada pelos agentes sociais. Uma das formas de percepção do mundo se encontra, então, na mídia, que veicula e produz discursos que podem expressar e revelar, de alguma maneira, a cultura de seu tempo. Esses discursos constituem representações da realidade, formas de apreendê-la, de buscar compreensões sobre, por exemplo, os acontecimentos e valores sociais que circulam na vida cotidiana da sociedade. Nessa dimensão, a cultura pode ser entendida como um processo de produção (de significados) no meio social, a partir de aspectos da história e modos de ver, pensar e agir dos indivíduos que partilham de um determinado espaço e universo imaginário. Isto pode ficar mais evidente quando se leva em

consideração o poder que toda época tem de reinventar seus próprios modos e referências de pensar, agir, olhar e viver humanos.

Essas representações do mundo social, dadas através da mídia, podem “traduzir posições e interesses objetivamente confrontados, e ao mesmo tempo descrevem a sociedade como eles pensam que ela é”, como explica Chartier (1990). Ele vai dizer que a problemática do mundo como representação conduz a questão de como se pode ver e pensar o real, se apropriar dos seus significados e interpretá-los. Nessa perspectiva, as estruturas do mundo social passam a ser compreendidas como historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas). As representações sociais podem ser entendidas, dessa forma, a partir do estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, ou seja, o estudo das práticas que dão significado ao mundo, uma delas os discursos produzidos e veiculados pelos jornalistas. As práticas discursivas, instauradas no e através do campo do jornalismo, constitui, desse modo, em uma apropriação cultural, em formas diferenciadas de interpretação e construção da realidade.

Olhar para o discurso jornalístico da perspectiva da história cultural, como define Chartier (1990), poderá “identificar o modo como diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Para tanto, surgem vários ‘caminhos’ que organizam a apreensão do mundo social, como categorias de percepção e apreciação do real. Chartier dirá:

Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço decifrado (CHARTIER, 1990, p. 17)

Essas percepções produzem estratégias e práticas, nas palavras do pensador, que trazendo para nossa análise, serão discursivizadas e se tornarão uma representação da realidade. A percepção e apreciação que a revista Caros Amigos tem sobre o golpe de 1964 produz estratégias e práticas discursivas, que geraram sentidos para serem apreendidos e re-elaborados por seu público leitor. O

jornalismo implica, desse modo, sempre num recorte temático que redesenha o mundo social, a partir de um determinado enfoque e abordagem desses eventos. O jornalismo trans-porta uma concepção do mundo, uma compreensão dos fenômenos e relações pautados. Nesse processo são negociados, instituídos e sobrepostos os sentidos, valores, intenções e interesses que perpassam as dimensões do universo imaginário que marca uma época social. O discurso da informação constitui-se, assim, numa colagem de vozes e sentidos que contornam os fenômenos e relações do cotidiano, e configuram uma apropriação e compreensão das situações tematizadas.

O discurso jornalístico exerce um poder simbólico de fazer coisas com palavras, discussão essa ancorada em Bourdieu (1990). O sociólogo dirá que o poder simbólico é um poder de consagração ou revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. No caso do 'acontecimento periodístico, os (novos) sentidos possíveis adquirem sua efetividade no e através do discurso. O poder de fazer coisas com palavras, que é exercido pela mídia, é justamente esse potencial de atribuir um caráter de 'verdade' e dizer o que é pertinente ou não para se tornar notícia e para ganhar o espaço público com status e atributo de credibilidade que é depositado sobre o 'fazer jornalístico'. Essas considerações são pertinentes, pois, através delas se pretende amarrar a discussão sobre a importância da forma do discurso que será travada mais adiante.

3 INTERTEXTUALIDADE: MOSAICO DE CITAÇÕES

"O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto: outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis" (BARTHES, 1974 apud KOCH, 2003, p.59). Isso vai significar que todo texto é heterogêneo e que revela uma relação do seu interior com o exterior, e desse exterior fazem parte outros textos que lhe dão origem, com os quais dialoga.

Essa noção geral de intertextualidade serve para dar início a essa discussão de como esse fenômeno é um fundador de discursos. Mas, para dirigir esse estudo, se faz necessária uma distinção que Koch (2003) irá explicar. Existe uma diferença entre intertextualidade em sentido amplo e em sentido restrito. No primeiro caso, a linguista irá dizer que ela pode ser aproximada ao que a Análise do Discurso, de linha francesa, denomina interdiscursividade ou heterogeneidade constitutiva, que é a relação do discurso com seu outro. No sentido restrito, a relação de intertexto é sob a forma de um texto com outros textos previamente existentes, isto é, efetivamente produzidos. Genette definirá esse fenômeno como: “uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, isto, de forma crucial e mais freqüentemente, como presença efetiva de um texto na materialidade do outro” (1982 apud CATTELAN, 2003, p.22). Nesse caso a intertextualidade se faz por meio de um conjunto de fragmentos que são citados efetivamente.

Vigner vai dizer que a intertextualidade é a manifestação da “relação que se estabelece com outros textos e que vão resultar na disseminação de fragmentos de sentidos já conhecidos pelo leitor, isto pode acontecer em uma citação direta ou em uma elaborada reescritura”. (VIGNER, 1988, p.34). Nesse caso a intertextualidade é compreendida em sentido amplo e restrito. Koch (2003) vai dizer que alguns autores reservam a denominação apenas para o caso de intertextualidade no sentido amplo, utilizando para o restrito o “rótulo de intra ou autotextualidade”.

Cattelan (2003) dirá que se pode perceber nesse fenômeno que:

Textos se sobrepõem, fazendo ouvir duas vozes: a que é citada e mantida a distância, com uma gramática e uma condição de produção própria, e a que cita, com a sua sintagmática, contexto, e efeito de sentido. Nesse caso, a leitura demanda que o sentido seja construído nos entremeios de dois textos que dialogam, e se condicionam mutuamente (CATTELAN, 2003, p.23).

A intertextualidade vai configurar, então, um espaço de encontro entre textos e temáticas, isso remete ao fato de que há vozes que falam no interior dos enunciados, o que atribui ao discurso um potencial altamente polifônico. Esse é o caso do texto jornalístico que se configura como um mosaico de citações, de intertextos, que podem ser percebidos pela remissão que se faz através da citação efetiva de conjuntos de

fragmentos de outros textos, com as mesmas palavras, e ordem sintática. Nesse processo de construção de sentidos, o jornalista traz a citação como um recurso para atribuir uma outra voz que irá falar. É um mecanismo de distanciamento do autor que fica mais evidente na forma com que ele é posto no texto com o uso das aspas. No encadeamento dos enunciados essas duas vozes dialogam, concordando ou não.

4 POLIFONIA: UM CORAL DE VOZES

A noção de polifonia foi elaborada inicialmente por Bakhtin, que a aplicou a literatura. Bezerra (2005) dirá que o que caracteriza polifonia para Bakhtin é “a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro eu para si infinito e inacabável” (BEZERRA, 2005, p.194).

Esse conceito foi retomado posteriormente por Ducrot (1987) que orientou sua análise em uma perspectiva da pragmática linguística. Koch explica que o linguista francês usou o termo para: “designar, dentro de uma visão enunciativa do sentido, as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados” (KOCH, 2003, p.64). Ou seja, para Ducrot (1987), o sentido de um enunciado consiste em uma representação – no sentido teatral, da sua enunciação. Nessa encenação se move locutor (L) – responsável pelo enunciado; e se move enunciador (E) – encenações de pontos de vista, posições enunciativas. Ele irá propor ainda dois tipos de polifonia. Koch explica que o primeiro caso de polifonia considerado por Ducrot (1987) é quando, no mesmo enunciado, se tem mais de um locutor – o que corresponde neste caso ao que ela denominou intertextualidade explícita (discurso relatado, citações, referências, argumentação por autoridade. Já no segundo caso: no mesmo enunciado há mais de um enunciador, ou seja, perspectivas diferentes. Koch explica que a partir dessas noções os fenômenos discursivos podem se classificados: “segundo a atitude de adesão ou não do locutor à perspectiva polifonicamente introduzida (KOCH, 2003, p.65)”.

Depois de ressaltadas algumas características de intertextualidade e polifonia se conclui que não há coincidências totais entre elas, mas que como argumenta a linguista: “o conceito de polifonia recobre o de intertextualidade, isto é, todo caso de intertextualidade é um caso de polifonia, não sendo, porém verdadeira a recíproca: há casos de polifonia que não podem ser vistos como manifestações de intertextualidade” (KOCH, 2003, p.73). Outro aspecto é de que na intertextualidade a alteridade fica clara, explícita, os sentidos são compartilhados por uma comunidade interpretativa. Já na polifonia, incorpora-se vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam no sentido teatral pontos de vista diversos, com os quais o locutor se identifica ou não. Mas, o que fica dessa discussão é que do ponto de vista da construção dos sentidos, vozes perpassam o texto, ora concordando ora não com o locutor. E nesse movimento de diálogo o discurso funciona e se funda.

5 A ANÁLISE: AS VOZES COMO JOGOS ENUNCIATIVOS

A partir desses conceitos pretende-se verificar como o texto jornalístico traz para seu discurso outras vozes, bem como a intenção de autor do texto de marcá-las como a fala do outro. O caso das citações do discurso de outrem que revela a intertextualidade explícita. Analisemos o seguinte enunciado do artigo “O pesadelo recorrente”, do jornalista Carlos Azevedo:

Goulart estava levando as sementes da conspiração e do golpe para dentro do seu governo. Disse na ocasião: “Viajo para a capital sem marcar com o sangue generoso das famílias brasileiras as escadas que a conduzem a Brasília”. O sangue que não se derramava então se derramaria adiante (AZEVEDO, 2004, p.5).

Primeiro, valendo-se de Bakhtin: “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação (BAKHTIN, 1999, p. 144)”. O autor do texto, Carlos Azevedo, trouxe para dentro do seu artigo uma citação do discurso do presidente João Goulart com a intenção de reproduzir uma fala efetiva do presidente na época. Esse

recurso de citar um texto dentro de outro é uma prática recorrente na técnica jornalística, que, segunda ela, é uma forma de expressar efetivamente a voz de quem está relatando à informação jornalística. Esse mecanismo além de indicar que existem vozes distintas que falam no interior do texto provoca o que Bakhtin (1999, p.144) afirmou sobre a presença e ação do discurso no discurso. Nesse exemplo, Azevedo introduz a fala do presidente encadeando um comentário sobre a voz, e no enunciado subsequente, o jornalista retoma sua enunciação anterior reafirmando que o tom conciliatório de Goulart não resultaria no que ele desejava: o não derramamento de sangue. A citação do discurso de Goulart é o mote para amarrar os sentidos pretendidos com tom de crítica. Nesse exemplo analisado de intertextualidade explícita é possível vislumbrar também um processo de polifonização. O fragmento do texto jornalístico no seu todo, a somatória dos enunciados, revela que há mais de um locutor. Isso pela presença de duas marcas de primeira pessoa. No primeiro segmento: “disse na ocasião” - Azevedo. No segundo: “viajo para a capital” - Goulart. Esse recurso evidencia um discurso atribuído a alguém, demonstra que o autor do texto jornalístico quer ressaltar a presença dessa outra voz falando e contribuindo na orquestração dos sentidos que serão depreendidos dos enunciados.

Outro enunciado que é exemplo de intertextualidade e polifonia está posto no texto da entrevista - com o título “Foi assim (de arrepiar), que a jornalista Marina Amaral fez com o ex-líder do PTB e ministro de Jango, Almino Affonso”.

Dizer que o presidente não quis lutar, não deu ordens pra lutar, ah vai pro diabo! Porque os outros não lutaram? Porque o Brizola não lutou com a brigada? E o Julião, com as forças camponesas, lutou? Não (AFONSO, In Amaral, 2004).

A primeira impressão é de que nesse caso também existe a citação do discurso de outrem no texto. É uma outra voz que está falando no texto de Amaral.

O mecanismo das aspas é, então, um sinal de que a fala não é do autor do texto, mas uma opinião proferida por um outro interlocutor. Esse recurso mobiliza vozes que se transportam para o interior do texto. Desse modo, olhando-se para o texto jornalístico são duas vozes: uma do entrevistado e outra da jornalista que conduz a entrevista.

Nesse caso é pertinente a explicação de Ducrot (1987) que essa forma do uso do estilo direto é uma forma de imputar uma fala, deixar claro que a reprodução termo a termo de outra voz que fala no texto e de quem é a responsabilidade sobre o enunciado.

Outro ponto de vista é olhar para o fragmento de discurso citado, onde o locutor é Almino Afonso. Nesse trecho também acontece outro processo de polifonização. Nesse caso há mais de um enunciador, um ponto de vista. Na sua fala, Almino Afonso brinca e encena posições expressas no enunciado que irão apontar atitudes de adesão ou não à perspectiva polifonicamente introduzida. No fragmento do enunciado está inserida a voz que diz que o presidente não deixou de resistir sozinho, que não foi somente ele que não quis lutar. O locutor será aquele que fala através do primeiro trecho do enunciado: "Dizer que o presidente não quis lutar, não deu ordens pra lutar". No momento em que é inserida a expressão "ah vai pro diabo!", posiciona-se um outro processo de enunciação, é outro enunciador que está falando. No segundo fragmento essa perspectiva confirma os questionamentos realizados pelo locutor nos segmentos "Porque os outros não lutaram? Porque o Brizola não lutou com a brigada? E o Julião, com as forças camponesas, lutou? O locutor responde: "não". E os sentidos se constroem na perspectiva proposta pelo enunciador.

O sentido desse enunciado consiste, desse modo, em uma representação, em uma encenação, onde se move locutor (L) – responsável pelo enunciado; e se move enunciador (E) – encenações de pontos de vista, posições enunciativas.

Outro exemplo de polifonia, que acontece na edição da revista Caros Amigos dedicada ao golpe de 64, é o caso do uso de "aspas de distanciamento". Nesse caso tem-se o que se costuma dizer, segundo Koch (2003), de uso e menção do termo ou expressão aspeada. Encena-se um primeiro enunciador (E1), responsável pelo uso do enunciado ou termo, e um segundo E2 que menciona, aspeando, o que diz o primeiro, para manter distância, isto é eximir-se ou diminuir a responsabilidade sobre o que está sendo dito. Segue exemplo extraído do artigo "Marionetes do tio Sam", do jornalista José Arbex Jr.:

O governo Kennedy elaborou a doutrina de segurança nacional, que previa que a luta de exércitos latino-americanos seria contra o "inimigo interno", os

"agentes da subversão" que atuavam em seus próprios países (ARBEX, 2004, p.17).

Nas expressões aspeadas, a primeira voz (E1) é afirmativa, os sentidos se movem na direção proposta literalmente pelas expressões. O inimigo interno é o inimigo no sentido proposto, e os agentes de subversão são os 'desordeiros' e 'criminosos'. Já uma segunda voz (E2) não adere à perspectiva do locutor, pois o uso do aspeamento faz a ressalva que irá sugerir a não adesão do sentido proposto literalmente. O E2 contradiz o E1. Nessa operação de distanciamento, as aspas de diferenciação servem para mostrar que há distinção na atribuição de sentido no uso daquelas expressões/palavras.

Outra forma de polifonia que também pode ser percebida nesse enunciado é a ironia. Ducrot (1987) dirá: "Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda" (DUCROT, 1987, p. 198). Assim sendo, o locutor (Arbex Jr) apresenta uma enunciação, que não é sua, é de outro locutor. Com o uso das aspas nas palavras ele desloca os sentidos das expressões e apresenta uma voz de um outro enunciador que ridiculariza os sentidos veiculados pela expressão veiculada pelo locutor. Na ironia, a voz do enunciador nega a voz do locutor, há uma tomada de posição, e esses pontos de vista manifestados através do aspeamento das palavras são atribuídos aos enunciadores que emitem opinião. Arbex Jr usa desse artifício para deslocar os sentidos sobre as verdadeiras intenções da Doutrina de Segurança Nacional criada pelo governo norte-americano de John Kennedy. Como irá narrar em seu artigo, o jornalista dirá que os "inimigos internos e agentes de subversão" para os americanos eram as doutrinas disseminadas pelos comunistas, nas figuras de Cuba e União Soviética. No contexto da guerra fria, os inimigos eram então dos EUA e não necessariamente dos países da América Latina. Arbex usa da ironia para fazer esse deslocamento. Esse recurso de atribuir um tom de ironia ao texto pode revelar a intenção do jornalista de propor outros sentidos sobre a interpretação das expressões. A ironia agindo sobre a forma/conteúdo de uma palavra pode indicar um certo domínio sobre a língua, pois o narrador brinca com os sentidos possíveis que podem ser depreendidos da palavra, ele

joga com as possibilidades de interpretação através da polifonização que acontece por meio da ironia.

Partindo da hipótese de que o discurso jornalístico pode se evidenciar como uma escritura engajada, na medida em que ele possui uma certa consciência sobre as vozes que circulam em seu texto, o uso da ironia é a possibilidade de transgressão à língua, transgressão à primeira voz que fala no texto e determina o primeiro sentido apreendido; transgressão, desse modo, à possibilidade de significação do signo vivo que é a palavra. A ação da ironia no texto, por meio da polifonia, faz aquilo que Chauí (1986) atribui à força de transgressão da cultura popular. “A consciência trágica é aquela que descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser e que por isso mesmo transgredir a ordem estabelecida” (1989, p.178). Trazendo o comentário da filósofa para essa análise, postula-se que a forma de dizer não ao estabelecido é um modo de resistir e introduzir a ‘desordem’ na ordem, abrir brechas, caminhar pelos poros e pelos interstícios da sociedade, assim também é quando o escritor ‘brinca e joga’ com os sentidos possíveis de uma palavra, e o faz consciente dos efeitos que pode provocar. Sob essa perspectiva faz-se uma aposta na possibilidade do sujeito se colocar no uso da linguagem, no domínio da língua, atribuindo força criativa à forma que usa, dando-lhe gosto, sabor e cheiro. Isso é um meio de “trapacear com língua”, ela diz uma coisa, mas o escritor lhe atribui outros sentidos. Isso nos termos de Barthes (2000) é a escritura, esse deslocamento de sentidos que se exerce sobre a língua. Ele dirá que isso é demonstrar a “responsabilidade da forma”, é lidar com esse jogo de encenações que se faz sob a linguagem, onde se faz e refaz permanentemente um jogo de enunciações que irão acrescentar “o sal das palavras”. Nas palavras do autor:

Ora, toda Forma é também Valor; eis por que entre língua e o estilo existe lugar para outra realidade formal: a escrita. Em qualquer forma literária, há a escolha geral de um tom, de um etos, se quiser, e é aí precisamente que o escritor se individualiza claramente, porque é aí que ele se engaja (BARTHES, 2000, p.13).

Nos termos de Barthes (2000, p.14), “a escrita se dá por meio da reflexão do escritor sobre o uso social de sua forma e a escolha que assume”. O texto jornalístico da revista Caros Amigos se propõe justamente a esse jogo de encenações, ora utilizando-

se, por exemplo, de intertextos, ora da ironia, mas ambos com a intenção consciente de trazer para dentro de seu texto vozes que irão ecoar em ressonâncias de enunciação. As modalidades do dizer em um discurso são, desse modo, segundo Eliseo Verón (1981), os próprios procedimentos por excelência que constroem, dão forma aos dispositivos de enunciação. É por isso que os modos de dizer, enquanto modalidades de se dizer e mostrar as coisas, conformam os dispositivos e jogos da enunciação. É através desse modo de se dizer, de se contar uma história da vida cotidiana, que o jornalismo pode dialogar com o conceito de escritura proposto por Barthes.

Outro exemplo do jogo de modos de se dizer que o discurso jornalístico da revista *Caros Amigos* se vale é o caso do uso de metáforas. Um exemplo pontual se dá no artigo “O pesadelo recorrente”, do jornalista Carlos Azevedo.

O Brasil era uma pedra fundamental no domínio da política mundial. Para o lado que pendesse, para lá seguiria toda América Latina, como diria, muito consciente disso, o presidente Nixon alguns anos depois. E o Brasil pendeu para o lado da dependência, do conservadorismo, da manutenção da estrutura de classe atrasada, e de dominação por uma elite ignorante e predadora, associada ao capital financeiro internacional, e sustentada por uma ditadura militar que havia de durar 21 anos, frustrando o desenvolvimento do país e de uma geração. O sonho foi adiado. Para quando? (AZEVEDO, 2004, p.6).

Nesse enunciado quando o autor se vale da expressão “domínio da política mundial”, ele o faz consciente na escolha das palavras que irão constituir essa metáfora do jogo pelo poder político no mundo. Analisa-se a metáfora sob a abordagem de Citelli (2004) que diz que ela é uma figura de transferência. Há metáfora quando a significação imediata de um termo é substituída por outro com o qual mantém relações de semelhanças ou subentendidos. Pela metáfora cria-se um mecanismo de representação dos significados de um termo em outro. Nesse caso, o jornalista tem consciência dos sentidos que quer gerar, e do deslocamento de significados de um termo a outro que visa provocar. A metáfora do domínio usada no texto remete a um jogo, no caso uma disputa política onde o Brasil é uma peça fundamental que irá direcionar o lado que o jogo irá pender. Transfere-se o significado do jogo para o contexto político, onde o Brasil é uma das peças que irá definir como será o desfecho dessa disputa.

No momento em que o escritor joga com os sentidos através da metáfora ele gera jogos de enunciação, ele polifoniza seu texto. Não faz uso da língua de forma automática, mas busca trapacear com ela, atribuindo outros sentidos a serem apreendidos dos signos que a constituem. O escritor, nos termos de Barthes, é aquele que se responsabiliza pela forma do texto, que reflete sobre a linguagem, e a concebe como um processo contínuo e permanente de desconstrução e reconstrução. A palavra é um signo que implode a partir do uso dos seus significados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas análises, que pretendem ser apenas um esboço para se discutir o discurso jornalístico da perspectiva da polifonia e da intertextualidade, vislumbra-se caminhos de produção que o texto jornalístico percorre, e não somente ele. Entretanto, para que o discurso faça sentido é preciso levar em conta um “horizonte de expectativa” como define Vigner (1988). Ele diz que para a leitura de um texto: conta a forma como esse se apresenta, mas também a trajetória de previsibilidade da sua inserção num percurso intertextual de construção. A leitura de um texto acontece então por meio de uma norma e verossimilhança, que funcionam como um sistema ideológico compartilhado pelo escritor e o leitor. E permitem, segundo Vigner (1988, p. 35) “representar e interpretar o mundo de maneira idêntica”. Ou seja, o texto faz sentido para o leitor e escritor na medida em que ele está imerso em um lastro cultural comum a eles. Esse lastro remete ao que Bakhtin (1976) denomina de apoio coral, que se refere ao contexto extra-verbal que torna um enunciado pleno de significado para o ouvinte. Para o autor russo:

A situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte subentendida (BAKHTIN, 1976, p.6).

O enunciado depende, desse modo, diretamente da sua relação com o mundo exterior, pois, a produção dos sentidos se articula a esse apoio coral: espaço onde os interlocutores interagem, dialogam e entendem-se. Isso reforça a tese de que para além das fronteiras materiais do texto coexiste e lhe dá sustentação um suporte de crenças que garantem e tornam razoável a possibilidade de dizer, bem como o modo pelo qual o discurso é interpretado. Esses sentidos que circulam pelo texto da *Caros Amigos* só são possíveis em vista do lastro cultural que faz com que eles funcionem.

O texto jornalístico da revista *Caros Amigos* sobre o golpe de 1964 confirma que há modos de se dizer, formas de se relatar acontecimentos históricos, e por sua vez interpretações sobre esses fatos. É justamente esses modos de se dizer que vão configurar os jogos enunciativos que se travam na materialidade do texto por meio da intertextualidade e da polifonia. O uso consciente desses recursos, em certa medida, vem para reforçar a ideia de que o discurso jornalístico pretende-se uma escritura que se individualiza, um modo singular de olhar para a história, para as pessoas e os fatos cotidiano. Escritura essa que possui na contemporaneidade o atributo de instância legítima de credibilidade pública. Credibilidade essa que mantém quadros de referência e modelos de comportamento, que orientam a sociedade e os modos como ela se vê, pensa e age. O discurso jornalístico, na medida em que tem credibilidade pública, faz parte daquilo que Certeau (1995) definiu como comunidade filosofante. Referência essa que se dá pelo conjunto de crenças que dá sustentação e legitimidade ao seu discurso. O jornalismo desempenha, então, papel central na formação da opinião pública, pois interfere na realidade social, criam e provoca mudanças e transformações no comportamento e visão de mundo dos grupos sociais. Alsina irá definir o discurso da informação como:

Atividade especializada na construção da realidade social que se apresenta como uma objetivação de segundo grau (...), uma ulterior construção discursiva da realidade que se soma a outras produções simbólicas, integrando-a em razão de uma referencialidade pública e coletiva, pois a notícia se sustenta na ideia de uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, manifestando-se na construção de um mundo possível (ALSINA, 1989, p.185).

Por ser essa atividade de construção da realidade crível que o desempenho do jornalismo se torna referência. E a manutenção dessa autoridade se faz por meio dessa delegação de vozes, por essa característica essencial do jornalismo que é preconizar que a multiplicidade de versões sobre um fato. Característica essa, que além de trazer para o interior de seu texto vozes de outros atores sociais, revela que os modos de dizer ou fazer tornam seu discurso polissêmico, o que em alguma medida fortalece a democracia.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- AMARAL, Marina. Foi assim (de arrepiar). **Revista Caros Amigos**, Edição Especial: O Golpe de 64. São Paulo: Editora Casa Amarela, p.08 – 11, 19 de março. 2004.
- AZEVEDO, Carlos. O pesadelo recorrente. **Revista Caros Amigos**, Edição Especial: O Golpe de 64. São Paulo: Editora Casa Amarela, p.04 – 06, 19 de março. 2004.
- ARBEX, José. Marionetes do tio Sam. **Revista Caros Amigos**, Edição Especial: O Golpe de 64. São Paulo: Editora Casa Amarela, p.17, 19 de março. 2004.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **Aula**. 6ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.
- _____. **Verbetes "Texte"**. Encyclopaedia Universalis, 1974.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Discurso na vida e discurso na arte**. Trad. Cristóvão Tezza. New York: Academic Press, 1976 (não publicado).
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 6ª edição, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- CATTELAN, João Carlos. Segundo eles. **Alfa**, São Paulo, v.47, nº 1, p.81 a 98, 2003.
- CERTEAU, Michel. As revoluções do crível. In: **A cultura no plural**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Cultura popular e autoritarismo. In: **Conformismo e resistência**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães, Campinas: Pontes, 1987.

GADINI, Sérgio. O testemunho do tempo: considerações sobre o gênero jornalístico. In: **Seminário de Inverno sobre Estudos de Comunicação**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1998 (mimeo).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1981.